

## **PATRIMÔNIO E PODER: MUSEOLOGIA DECOLONIAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE FRANTZ FANON**

Anna Luísa Santos de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise reflexiva acerca da museologia e suas relações de poder no que tange ao patrimônio afro brasileiro. Com base nos pensamentos de Frantz Fanon em *Pele Negra Máscaras Brancas* é proposto um pensamento epistêmico a partir da perspectiva decolonial para o campo de estudos da museologia e sua confluência com a sociedade. Ainda aqui refletimos sobre a presença do negro e da negra na produção teórica do campo em questão e sua correlação com o racismo presente de modo institucional e cotidiano. A partir da perspectiva da museologia social analisamos como se dá a ordem desses discursos que são postos sobre esses corpos, por ora considerados abjetos, propondo uma reflexão teórica acerca do pensamento museológico e sua intersecção com o patrimônio e o poder. Partindo da realidade de construção da memória museal no Brasil feita a partir da necessidade preservacionista do colonizador, o patrimônio afro brasileiro passa a ser musealizado a partir da construção perspectiva do indivíduo branco tomando um caráter fetichista. Apresentamos aqui uma crítica acerca dessas construções epistêmicas e propomos uma museologia com base no projeto de decolonialidade.

**Palavras-chave:** Museologia, Decolonialidade, Poder, Preto e Preta.

### **Introdução**

O Conceito de decolonialidade surge na perspectiva acadêmica e de uma prática de oposição e intervenção se iniciando em 1492 quando o primeiro sujeito do sistema moderno reagiu contra desígnios imperiais (Costa, 2016). Com uma proposta de outra base interpretativa acerca dos estudos pós-coloniais, problematizar o corpo colonizado destituído de suas características culturais contaminadas pela perspectiva branca as intersecções e realidades locais são colocadas como elementos chave para interpretação dos indivíduos e desenvolvimento epistêmico a partir do lugar de fala e vivência. Reconhecendo a dominação colonial latente e o fato de que a pós-colonialidade abre brechas para que as artimanhas coloniais se mantenham presentes em sua epistemologia, os estudos decoloniais a partir de especificidades de grupos busca a problematização da colonialidade numa perspectiva de dissolução do pensamento colonial sobre o colonizado, trazendo aqui uma perspectiva negra.

---

<sup>1</sup>Discente do Programa de Mestrado em Museologia da Universidade Federal da Bahia PPGMUSEU-UFBA. Contato: santos.annaluisa@gmail.com

Numa Perspectiva museológica problematizamos a relação do patrimônio com o poder e a participação teórica da museologia nesse processo colonizador que as instituições museais em sua maioria apresentam. Utilizando como base teórica o pensamento de Frantz Fanon podemos enveredar um caminho que pense a museologia como uma prática epistêmica decolonial para conseqüentemente reverberar em mudanças dos discursos expográficos em suas instituições. Cabe a nós problematizarmos o racismo incrustado em uma ciência que nasce na base do colonialismo e tem como uma de suas principais funções técnicas a salvaguarda da memória colonizadora marcada pelo poder.

Neste artigo apresentamos uma abordagem do pensamento museológico a partir da representação do preto e da preta na museologia. Com a teoria da museologia social podemos questionar a colonialidade presente nos estudos museológicos a pensar novos caminhos epistêmicos para uma museologia decolonial.

### **A Museologia: Debate Teórico**

O estudo teórico no campo da museologia tem seu início marcado na década de cinquenta com a discussão do objeto de estudo da museologia iniciada por J. Neustupný apontada por Peter Van Mensch em O objeto de estudo da museologia (1994). Posteriormente na década de sessenta um grupo de trabalho define a totalidade das atividades de museu enquanto objeto de estudo na República Democrática Alemã (Gesamtheit Der Museums Arbeit). A partir daí grupos de estudos e diversos pensadores marcam um período de pensamento teórico museológico divergente, tendo o ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia) como principal mediador. Sem haver um consenso, diferentes pensamentos definem o campo de estudo tornando-o híbrido, e até os dias atuais pesquisadores e pesquisadoras defendem essas diversas categorias de pensamentos a partir de reflexões vivenciadas. A categoria mais adequada para o estudo em questão é a da Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade, sendo defendida principalmente pelo teórico Zbynek Stránský. Mensch contextualiza essa linha de pensamento:

“Muitos atores referem-se a Stránský como o “pai” desse tipo de abordagem na museologia.[...] esse ponto de vista foi desenvolvido no final dos anos 70. Em 1980, Stránský formula o objeto da museologia como sendo “uma abordagem específica do homem frente à realidade cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, insere-os em uma nova realidade para que sejam

preservados, a despeito do caráter mutável inerente de todo objeto e da sua inevitável decadência, e faz uso deles de uma nova maneira, de acordo com suas próprias necessidades”.” (Mensch, 1994 p. 11-12)

Observando o pensamento em que os fenômenos museológicos são manifestos a partir de áreas e comportamentos culturais específicos, objetivando assim a preservação e o uso dos objetos, Anna Gregorová propõe uma comparação dessa relação específica do homem com a realidade apresentada por Stránský com a relação do museu com a realidade. Em suma o pensamento epistêmico apresentado até então continua a propor uma ação preservacionista baseada na salvaguarda da memória e de objetos que a representem tecendo assim uma cadeia de pensamento a partir da observação da relação do indivíduo social com o ato de preservar.

A memória é carregada de poder, e partindo do pressuposto que a museologia tem como uma de suas vias principais a salvaguarda da memória, entendemos a mesma enquanto produção de conhecimento baseado no poder patrimonial. A museologia é marcada enquanto espaço de poder instituidor, sua reflexão epistêmica surge a partir do pensamento europeu de preservação. O modelo seguido nas diversas partes do mundo é marcado pelas tensões causadas a partir da interseccionalidade com as realidades específicas, realidades essas por vezes silenciadas utilizando como fundamento a necessidade do avanço enquanto ciência, onde conseqüentemente mais divergência dentro do campo não era/é cabível, classificando aí um pensamento clássico apontado por Michel Foucault:

“Na época clássica, desde o projeto de uma análise de representação até o tema da *mathesis universalis*, o campo do saber era perfeitamente homogêneo: todo conhecimento, qualquer que fosse, procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem [...]” (Foucault 1990, p. 363)

Podemos a partir do pensamento de Foucault afirmar o exercício de poder da teoria museológica baseado na diferença. Toda representação cultural que estruturasse a cadeia de representação da memória de um grupo específico era definida como diferente a partir do modelo de normalidade europeu definido inicialmente no campo teórico. Nesse caso observamos o pensamento epistêmico museológico como um pensamento colonizador. Utilizaremos a partir de agora um novo caminho teórico marcado como museologia social, para justificar o pensamento da museologia enquanto espaço de

poder instituidor e colonialista e a necessidade de um pensamento decolonial a partir da experiência transatlântica entre Brasil e África com a referência da diáspora negra, o pensamento do campo enquanto estudo do indivíduo e sociedade, e a problematização dos marcadores epistêmicos e epidérmicos do indivíduo em questão.

### **Caminho de possibilidade: Enfrentamento**

A museologia social surge enquanto movimento teórico contemporâneo que visa a problematização da museologia clássica frente às questões sociais que envolvem diretamente grupos subalternizados. Podemos observar o início dessa era processual na declaração de Santiago do Chile (1972 UNESCO/ICOM) apontada por Mário Moutinho no Caderno de Museologia de 1993.

“Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitirem participar na formação da consciência das comunidades que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais, [...] Que esta nova concepção não implica que se acabe com os museus actuais nem que se renuncie aos museus especializados, mas que pelo contrário esta nova concepção permitirá aos museus de se desenvolver e evoluir de maneira mais racional e mais lógica a fim de se melhor servir a sociedade [...]” (Moutinho, 1993 p. 08)

Ora, se os espaços museológicos são marcados a partir do seu poder instituidor de seleção da memória a ser preservada, a museologia social propõe que estes não ditem o serviço, mas sim esteja a serviço do grupo em que está inserido, onde o mesmo aja sobre a construção do quadro de memória apresentado pela instituição. No entanto observamos uma estrutura colonial enraizada, como aponta Mário Chagas refletindo sobre o poder dos museus desde o século XIX:

“Os museus e os monumentos espalham-se por toda a parte, tendo como principal pólo irradiador os países colonizadores da Europa. Os projetos de nação passam pela construção de museus que ordenam as memórias, os saberes e as artes. O movimento expansionista europeu encontra na institucionalização da memória - leia-se na criação e manutenção de museus, bibliotecas e arquivos - um instrumento e uma via para a afirmação dos valores burgueses. Nesse sentido, essas instituições são também um espelho ou um palco (caso específico dos museus) onde as transformações que se operam na sociedade europeia e as conquistas realizadas pela burguesia são, de algum modo, refletidas e apresentadas.” (Chagas, 2011 p. 10)

Retomamos aqui o pensamento de Foucault (1990) acerca do desenvolvimento das ciências humanas, constituído a partir de um pensamento ocidental que aponta as premissas para a definição da normalidade em detrimento de tudo aquilo que não é ocidental. Ao pensarmos no Brasil e em como se dá o processo de colonização da memória e da museologia podemos observar os atos devastadores já com a transferência da corte e da família real, trazendo junto à de mais de 15000 pessoas novos hábitos culturais que não pertenciam a essa terra e junto a eles o costume preservacionista, surgindo assim as primeiras instituições de preservação da memória em terras brasileiras.

Entre as instituições criadas no Brasil em decorrência direta da presença da família real, destacam-se o Horto Real de Aclimação (1808), a Biblioteca Real (1810), a Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e o Museu Real (1818). O aparecimento dessas instituições vem acompanhado de muitas perguntas. Por exemplo, a quem se destina o Museu Real num país onde multiplicam-se os analfabetos, cujas memórias não estão gravadas em livros ou obras de arte e sim em seus corpos e nas práticas sociais quotidianas? (Chagas, 2011 p. 13)

A chegada da família real ao Brasil antecede o pensamento da teoria em museologia na Europa, contudo apresenta de maneira muito nítida a realidade colonizadora que ela nos apresenta até os dias atuais. Mais uma vez Mário Chagas aponta sobre porque e para quem houve a preocupação de se construir uma memória brasileira.

De certo, a Instituição criada não está orientada para negros, índios e mestiços. Ela destina-se à qualificação da coroa portuguesa junto às outras nações; mas também atende aos interesses da aristocracia luso-brasileira, dos homens ricos, das famílias abastadas, do clero, dos artistas, dos cientistas, dos viajantes e paradoxalmente contribui para a formação de uma elite ilustrada ao nível local. Para estes indivíduos é que a instituição de memória funciona como dispositivo de poder disciplinar, indicando o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer. Em outros termos: museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte. (Chagas, 2011 p. 13-14)

O pensamento museológico surge a partir do que apresenta os museus. Se em nossa sociedade os museus são carregados de marcadores que valorizam a identidade a partir do pensamento europeu podemos observar que tudo que não é europeu ou segue

seu modelo é negado, silenciado ou apresentado com o caráter fetichista dentro dessas instituições a partir do pensamento do exótico.

### **Outro Caminho: Confronto**

Para Tereza Cristina Scheiner (2008) Museu é um nome genérico que se dá a um conjunto de manifestações simbólicas da sociedade humana em diferentes tempos e espaços, onde a museologia não tem como objeto de estudos a instituição museu, e sim a ideia de museu desenvolvida em cada sociedade. A partir desta afirmação, podemos fazer uma construção poético-antropológica do que vem a ser o museu e museologia, e a quebra de barreiras que o próprio conceito nos permite, relembrando as palavras de Hélio Oiticica, quando ele afirma: O Museu é o mundo (TESSLER, 1993). Trata-se de um espaço cósmico e aberto, onde o indivíduo cria suas próprias conexões e sensações a partir da narrativa proposta, e isso vai além das paredes arquitetônicas que nos remete o senso comum de museu.

“Mas quem seria o habitante desse mundo-museu? Onde se localizaria o visitante do museu-mundo? Ou melhor, onde se deve localizar o espectador, quando cabe a este “fazer o quadro”? Com suas apropriações, Hélio Oiticica nos deixa claro que o artista não é mais o criador para a contemplação e que o espectador deve também ter uma atitude criativa diante da obra artística” (TESSLER, 1993 p. 12)

A partir dos questionamentos de Oiticica iniciamos tantos outros; passamos a nos questionar qual a cor desse museu-mundo, ou onde se encontra esse museu-mundo? Numa perspectiva histórica podemos afirmar que a museologia se firma em território europeu, a partir de pensamentos teóricos produzidos por corpos brancos. O território e corpo negro historicamente foi objetificado dentro desse campo e nos percursos expográficos ou epistêmicos sempre observamos a figura negra a partir do olhar do colonizador.

Os negros quando apareciam rapidamente nos museus, eram apresentados em documentos como cartas de alforria, alguns poucos objetos, relacionados com castigos de escravos ou instrumentos de trabalho. Em inícios do século XX surge na França o modelo de museus etnográficos, voltados para a representação de costumes de sociedades consideradas primitivas dos diversos continentes. Alguns museus coloniais na Europa também começaram a expor máscaras africanas, instrumentos musicais, artesanato, etc. No Brasil, neste contexto também surgiram museus etnográficos e relacionados com as culturas populares em que o negro aparece como participante de manifestações folclóricas. (Ferreira, 2007 p. 01)

Entendendo o museu como um espaço político de disputas de representações e de poder instituidor, podemos observar que é recorrente a imagem do negro nas instituições museais serem representadas a partir da perspectiva de homogeneização do continente africano, limitação ao caráter religioso da produção negra e ao exotismo fetichista (Machado, 2013). A mulher é apresentada nessas mesmas instituições sob a ótica branca, burguesa, em segundo plano ou em caráter de erotismo (Ianni 2002). A percepção imagética do indivíduo que visita o museu percorre essa disputa representativa que é repassada por meio do discurso expográfico e as possibilidades desse entendimento se tornam múltiplas e mutáveis a partir das construções de memória individual ou coletiva. A memória ela é carregada de poder, partindo do pressuposto que a museologia tem como uma de suas vias principais a salvaguarda da memória entendemos a mesma enquanto produção de conhecimento baseado no poder patrimonial. Mario Chagas disserta sobre:

O retorno à origem do termo museu não tem nada de novo. Diversos textos trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas. (Chagas, 2001 p. 16)

A abordagem contemporânea da museologia social, classificada por alguns pesquisadores como parte do que consideram nova museologia, onde se propõe a reavaliação do significado da própria instituição museu (Peter Vergo 1989) aponta para a necessidade de um confronto com as divergências históricas marcadas pela construção histórica museológica; a museologia social propõe dizer o que até então é indizível. A partir desse pensamento apontamos a necessidade de se colocar em ordem de produção teórica o pensamento de decolonialidade e de enegrecimento da museologia. Conseqüentemente estamos falando da investigação teórica a partir do campo da imaterialidade, uma vez que este grupo subalterno – pretos e pretas – teve a representação material de sua memória negada por essas instituições ou por vezes representada de forma tardia a partir da perspectiva da escravidão e do fetiche. Pensar em uma museologia enegrecida é pensar em práticas de salvaguarda das manifestações culturais negras marcadas pela diáspora negra. O caminho da museologia social se justifica a partir da premissa que essa corrente teórica busca o início de um processo de



reparação no campo, onde os indivíduos de grupos subalternizados já não sejam vistos como abjetos, e sim como agentes produtores e detentores de saberes e fazeres que compoem uma estratégia epistêmica que resulta em escritas a partir de frente de lutas.

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas; mas isso não acontece, não é verdade e sobre esse ponto não devemos e não podemos ter ingenuidade. (Chagas, CEOM p. 17)

Mário Chagas mais uma vez chama atenção para a realidade colonizadora dos museus e conseqüentemente da produção teórica do campo. Iniciamos então a partir das afirmações e caminhos teóricos apresentados aqui a reflexão, traçando uma crítica sobre a salvaguarda das manifestações culturais negras baianas a partir de um quadro cartográfico com marcadores epistêmicos e epidérmicos. Pensando o museu como herdeiro de poder e a presença do preto e da preta dentro dele passamos a observar o pensamento de Frantz Fanon sobre a colonização e a representação do preto em *Pele Negra*, *Máscaras Brancas*. Para Fanon a representação negra ou a necessidade dela se dá a partir do processo de colonização, onde o branco sempre estará em uma posição superior seja ela qual for, e no campo da representação da cultura não é diferente, sobre o complexo de dependência do colonizado ele escreve numa perspectiva analítica da psicanálise. O preto e a preta colonizada não constroem a sua memória individual ou coletiva a partir da sua identidade e sim a partir da identidade do colonizador, e a partir dessa percepção passa a valorizar e produzir o sentimento de salvaguarda da história na perspectiva colonial. Para o colonizador a memória do preto nunca existiu, não existe disputa de poder, o branco é o poder, e portanto a sua memória é que é a validade nos espaços institucionais de poder, ao qual a museologia enquanto espaço de salvaguarda de memória faz parte deles.

[...]gostaríamos de esclarecer nosso ponto de vista. Defendemos, de uma vez por todas, o seguinte princípio: uma sociedade é racista ou não o é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas. Dizer, por exemplo, que o norte da França é mais racista do que o sul, que o racismo é obra de subalternos, o que,



por conseguinte, não compromete de modo algum a elite, que a França é o país menos racista do mundo, é do feitio de homens incapazes de pensar corretamente. (Fanon, 2008 p. 85)

Fanon toca no assunto que a museologia por toda a sua produção teórica vem fugindo: o racismo. Quando se reflete sobre a presença do preto e da preta no museu, se reflete sobre o racismo. Quando se escreve sobre a ausência do preto e da preta na museologia, se escreve sobre racismo. No entanto a análise estrutural do racismo na museologia deixa de ser mencionada. A partir da afirmação de Fanon temos a liberdade de questionar, enquanto indivíduo que compõe esse quadro de produção tanto teórica quanto técnica na área da museologia, e enquanto mulher preta a seguinte reflexão; a museologia é racista ou não é? Racismo está atrelado a poder. Mais uma vez Mário Chagas fala sobre o poder, e os museus de poder:

[...]o pesquisador está habilitado para o entendimento de que a constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos e representa a concretização de determinados interesses. Os museus celebrativos da memória do poder - ainda que tenham tido origem, em termos de modelo, nos séculos XVIII e XIX - continuaram sobrevivendo e multiplicaram-se durante todo o século XX. Aqui não se está falando de instituições perdidas na poeira do tempo; ao contrário, a referência incide em modelos museológicos que, superando as previsões apocalípticas de alguns especialistas, sobrevivem e continuam deitando regras. (Chagas, 2001 p. 16-17)

Entendendo a museologia enquanto poder de produção e reprodução de racismo, iniciamos aqui uma análise desse campo de estudos, principiamos uma reflexão teórica sobre a institucionalização do racismo nos espaços museológicos o que compõe também sua produção epistemológica. Observamos ao longo de todo texto já apresentado bases legais e conceituais que buscam a afirmação da museologia enquanto campo epistêmico, dentre as correntes apresentadas a museologia social apresenta uma perspectiva de reparação de sociedades representadas à margem dos cânones museológicos, no entanto não se consegue observar uma preocupação teórica acerca do racismo intrínseco e incrustado na mesma. Não falar sobre o racismo na museologia é convergir para que o mesmo continue existindo. Falar de um desenvolvimento científico na área sem problematizar o enegrecimento dos espaços museológicos é manter o silenciamento dos corpos negros que por muitas vezes compõe essa base de produção teórica e técnica.

### **Considerações (não tão) finais**

Pensar uma epistemologia museológica enegrecida é um caminho necessário tendo em vista o marcador geopolítico em que estamos incluídos e incluídas. Desse modo fica o seguinte questionamento: em termos práticos o que está faltando para que o caminho museológico se alinhe a decolonialidade? Sabendo-se que o processo de construção e narrativas expográficas para a cultura e identidade negra nos museus possuem características completamente diferentes do que a produção teórica coloca como recurso metodológico, e que tampouco a produção teórica problematiza o racismo latente consequência da colonialidade, buscamos então evidências para a resposta do questionamento posto, o que nos leva a novos questionamentos.

Quem são os indivíduos que representam essas instituições? Por quem é feita a concepção das exposições com narrativas da identidade negra africana ou da diáspora? E, por fim e não menos importante; quantos desses indivíduos profissionais da museologia que atuam no campo da prática são pretos ou pretas?

## **Referências**

ABADIA, Lília. A identidade e o Patrimônio Negro no Brasil. Universidade de Lisboa: 2010.

BARBOSA, Nila Rodrigues (org.) Dossiê- Representação dos Negros em Museus. IN: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 40, p. 144- 276.

CHAGAS, Mário de Souza. Cadernos de Museologia nº01. 1993.

\_\_\_\_\_, Ensaios de Museologia. Memória e Poder: Dois Movimentos. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2011. Disponível em: <[http://www.museologiaportugal.net/files/memoria\\_e\\_poder\\_dois\\_movimentos.pdf](http://www.museologiaportugal.net/files/memoria_e_poder_dois_movimentos.pdf)> acesso em 16 de abril de 2017 as 12h30minh.

COSTA, Joaze Bernardino. GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. Revista Sociedade e Estado Volume 31 Número 1. Janeiro/Abril de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>> acesso em 16 de abril de 2017 as 11h06minh

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Comunicação e Representação: as minorias étnicas e sociais em museus. Ouro Preto, UFOP, 2012.

FANON, Frantz. Pele Negra Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA. 2008

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes. 1990

- FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C.A; RAMBELLI, Gilson. (orgs.). Patrimônio Cultural e Ambiental: Questões Legais e Conceituais. São Paulo: Unicamp/Annablume. 2009.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida Ferreira. Ardis da Imagem: Exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC Minas, 2001.
- HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. Ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALLBWACHS, Maurice. La Mémoire Coletive. Paris: Presses Universitaires de France.
- IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Civilização Brasileira: 2002.
- LODY, Raul. O negro no museu brasileiro: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MAIO, Marcos Chor. Abrindo a “Caixa Preta”. O projeto Unesco de relações raciais. In: Antropologias, histórias, experiências. Org.: PEIXOTO, Fernanda Arêas et ali. Belo Horizonte, UFMG, 2004. P. 143-168.
- MENSCH, Peter. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF. 1994.
- MORAES, Mariana Ramos de. Políticas públicas e a fé afro-brasileira: Uma reflexão sobre ações de uma estado laico. Acesso em: <http://www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/view/26559>
- MORAES, Nilson. Museu, poder e políticas culturais no Brasil. In: Revistas Musas, Brasília: IBRAM, 2011. P. 80-101.
- NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris. Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, André Luiz de Araújo. Patrimônio Cultural e Poder Local: trajetória da norma preservacionista municipal nos terreiros de candomblé de Salvador. Acesso em <http://uninhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2912/>
- PRICE, Sally. Arte primitiva em centros civilizados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: O Museu no Ensino de História. Chapecó, SC: Argos, 2004.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. A identidade ainda será a espinha dorsal dos museus? Questões sobre o uso e abuso da memória. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.43. p. 11-40.

**VERGO, Peter. The New Museology. London: Reaktion Books, 1989.**